

Aumentar as Capacidades Militares

Sir John Holmes

A questão crucial da defesa europeia continua a ser o nível das capacidades militares e a elaboração do Objectivo Comum Prioritário definido na cimeira de Helsínquia. Sem um aumento das capacidades reais de defesa, a PESC permanecerá pouco convincente.

Desde o lançamento da fase actual da Iniciativa de Defesa Europeia em St Malo em 1998, o trabalho tem-se desenvolvido em duas frentes paralelas: a criação das instituições correctas para a tomada de decisões e o compromisso de aumentar as capacidades de defesa da Europa. O Governo Britânico teve desde o início a nítida convicção de que sem um aumento a nível das capacidades reais de defesa, o conceito actual de Política Externa e de Segurança Comum Europeia reforçada acabará por não se cumprir.

A rampa de lançamento para a Declaração de St Malo foi a necessidade evidente de reforçar o contributo da Europa para a sua própria segurança e de reforçar a capacidade europeia de conduzir uma diplomacia eficaz. Os acontecimentos que se seguiram no Kosovo demonstraram da forma mais penosa possível o longo caminho que a Europa ainda tem de percorrer.

Obviamente que a experiência do Kosovo não alterou a nítida distinção entre o papel da NATO, por um lado, como o pilar da nossa política de defesa e segurança e única organização responsável pela defesa colectiva da Europa; e, por outro lado, a capacidade da União Europeia para gerir com autonomia uma operação nas situações em que a NATO por qualquer razão não se quer envolver. Não há qualquer vantagem militar, financeira ou política, em duplicar os serviços que a NATO já está em condições de proporcionar.

Depois de St Malo, o grande passo seguinte foi a Cimeira de Helsínquia em Dezembro último. Os Chefes de Estado e de Governo da UE comprometeram-se até 2003 a desenvolver a capacidade de mobilizar rapidamente e depois manter durante pelo menos um ano uma força de 50 a 60.000 efectivos militares capazes de levarem a cabo as mais exigentes operações de gestão de crises. Mas ainda se fez mais. Decidiu-se criar, de início interinamente, um novo Comité Político e de Segurança responsável pelo controlo político e orientação estratégica de operações de gestão de crises; um Comité Militar para representar as opiniões dos Chefes de Estado Maior da UE; e um Gabinete Militar agregado ao Secretariado do Conselho e actualmente sob direcção de um general britânico, com o objectivo de prestar consultadoria militar.

Estas estruturas interinas estão já a funcionar e estão a desenvolver-se outras iniciativas no sentido de estabelecer os mecanismos institucionais adequados entre a UE e a NATO, e entre os 15 membros da UE, os cinco países europeus da NATO que não são membros da UE e os 15 países candidatos à UE. Estas medidas deverão ser confirmadas no Conselho Europeu da Feira em Junho.

Mas a questão crucial continua a ser o nível das capacidades militares e a elaboração do "Headline Goal" (Objectivo Comum Prioritário) definido na cimeira de Helsínquia. O objectivo imediato é a realização de uma Conferência de Definição de

Capacidades em Outubro ou Novembro, que deverá determinar o que é necessário e a forma de o concretizar. Há um enorme trabalho a desenvolver. A UE deve manter-se no comando dos seus próprios processos e objectivos, mas deve também tirar partido das capacidades de planeamento operacional que a NATO pode oferecer. Trata-se de elaborar uma lista pormenorizada das forças militares necessárias com base em cenários de planeamento adequados; utilizar estes dados para solicitar a contribuição das nações; posteriormente identificar as carências; e finalmente promover as acções necessárias para rectificar essas carências. Temos de funcionar com base em contribuições voluntárias. Mas temos também de assegurar, através de um debate colectivo, que cada estado membro está a efectuar uma contribuição justa.

Não me é possível prever como se irá desenrolar este trabalho pormenorizado mas podemos já vislumbrar as áreas principais e descrever globalmente alguns dos princípios que servirão de base a este trabalho.

Por exemplo, é para todos evidente que existe um demasiado número de forças armadas europeias ainda estruturadas para responder às necessidades do passado, por outras palavras à guerra fria e à ameaça soviética. No futuro teremos de responder a ameaças mais complexas e raramente poderemos esperar reagir apenas à escala nacional. Provavelmente teremos de desencadear acções a relativa distância das nossas bases nacionais. Poderemos ter pouco tempo para planear e mobilizar uma força militar e ainda menos tempo para a colocar no terreno.

Tudo isto coloca as nossas forças armadas perante novas e importantes exigências. É necessário que elas possam ser rapidamente mobilizadas de forma a conseguirem chegar a uma área potencialmente em crise a tempo e com força suficiente para marcar a diferença. Precisamos de conseguir sustentar estas forças longe das suas bases por períodos longos, muito possivelmente em áreas onde as infra-estruturas locais apenas podem proporcionar os meios de apoio mais elementares.

Precisamos de forças que estejam preparadas para colocar os seus efectivos e equipamento ao serviço das mais variadas tarefas e desafios, se necessário invertendo os papéis em muito pouco tempo. Estas forças têm de conseguir trabalhar com as forças armadas de outros países de uma forma mais coesa do que no passado. A Bósnia, Kosovo e Timor Leste são alguns exemplos a partir dos quais podemos trabalhar.

Estamos todos cada vez mais familiarizados com a panóplia de conceitos terminados em "idade": capacidade de mobilização, combatividade, sustentabilidade, flexibilidade, mobilidade, capacidade de sobrevivência e interoperabilidade. Mas estarmos familiarizados com estes conceitos não é o mesmo que tomar alguma medida concreta nesse sentido. Em muitos países a prática fica muito aquém da teoria. As estruturas de defesa de cada país têm de fazer um auto-exame pormenorizado para analisar em que medida estão à altura das novas necessidades. Caso não estejam, terão de ser aplicadas as alterações necessárias, por mais radicais que sejam. Os alemães estão a seguir este caminho.

Tem havido neste contexto um amplo debate sobre a necessidade dos países europeus investirem mais na defesa. Seria certamente muito positivo que um maior número de países dedicasse mais recursos à defesa, em especial aqueles onde os gastos com a defesa representam uma parcela reduzida do PNB. Mas é verdade também que em todos os nossos países os recursos existentes poderiam ser aplicados de forma muito mais eficaz e, se as estruturas forem adaptadas de forma adequada, as metas previstas no âmbito do Objectivo Comum Prioritário poderão ser atingidas mesmo sem um acréscimo de despesa.

De forma a avaliar os progressos reais, teremos de analisar os resultados mais do que a natureza das contribuições. Não deveremos apenas analisar os orçamentos, os valores globais em termos de efectivos militares ou dias de treino, mas sim as verdadeiras capacidades das nossas forças armadas em termos de mobilização, sustentabilidade, flexibilidade e mobilidade.

Para isso poderá ser necessário quebrar alguns tabus sagrados. Por exemplo, os novos papéis exigidos às nossas forças armadas fazem com que tenhamos de pensar cada vez mais em termos de operações conjuntas entre os ramos tradicionais. Não podemos permitir que grande parte das nossas operações de treino, planeamento, aquisição de equipamento e controlo operacional se continuem a processar com base exclusivamente num ramo militar. Este processo não será fácil pois irá interferir com lealdades tradicionais e forças estabelecidas. Mas não pode ser evitado.

É óbvio que iremos necessitar de capacidades militares sofisticadas em muitas áreas: comando e controlo (Quartéis Gerais multinacionais integrados), meios de transporte aéreos e navais, mobilidade uma vez em teatro de operações, interoperabilidade, comunicações, informações, logística e apoio médico. A lista é longa. Mas o aspecto fulcral do Objectivo Comum Prioritário não se prende tanto com a constituição de forças adicionais mas sim com a reorganização, reestruturação e treino de forças já existentes a fim de lhes conferir a capacidade de actuar e combater no mundo real. Necessitamos também que estas forças estejam disponíveis de forma flexível de modo a poderem adaptar-se a cada situação específica de crise.

O desafio é enorme. Se não conseguirmos proporcionar as capacidades militares necessárias ao Objectivo Comum Prioritário, a UE não mais será encarada com seriedade neste domínio. Porém, esta é uma óptima oportunidade para demonstrar à comunidade internacional que a Europa está apta a estabelecer para si própria objectivos ambiciosos de política externa e de segurança e a levá-los por diante. Haverá porventura poucas coisas que possam contribuir de forma mais significativa para a nossa credibilidade internacional.